

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, a fala do Sr. Ministro da Economia, dizendo a jornalistas nacionais e estrangeiros que não devemos nos assustar caso alguns cidadãos queiram um novo AI-5, é um acinte à democracia.

O Ato Institucional nº 5, conhecido como AI-5, foi um decreto emitido pela ditadura militar no dia 13 de dezembro de 1968, durante o Governo de Artur da Costa e Silva. O AI-5 é entendido como o marco que inaugurou o período mais sombrio da ditadura e concluiu uma transição que instaurou de fato um período ditatorial no Brasil.

O AI-5 deu ao Presidente o direito de promover inúmeras ações arbitrárias, e reforçou a censura e a tortura como práticas da ditadura. Além disso, como efeito imediato desse ato, 500 pessoas perderam seus direitos políticos, e 5 juizes de instâncias, 95 Deputados e 4 Senadores perderam o mandato.

Outro reflexo imediato do AI-5 foi a prisão de personalidades influentes da política brasileira, como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, por ordem dos militares. Além disso, intelectuais e artistas passaram a ser mais perseguidos, sendo demitidos 66 professores universitários.

O AI-5 foi revogado 10 anos depois, durante o Governo de Ernesto Geisel. A revogação do AI-5 aconteceu com a promulgação da Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978. No entanto, essa emenda só entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1979 e foi parte do processo de abertura política conduzido durante o Governo Geisel.

Caros colegas, após um pouco mais de 30 anos de redemocratização, vemos figuras políticas importantes deste Governo falar da volta desse ato, como se fosse uma prática democrática e aceitável, mas ela não é e nunca será. Eu defendo e defenderei sempre que haja liberdade de imprensa, de manifestação do pensamento e política. Nenhum governo deve ter compromisso ou ser refém de ações do passado que feriram a democracia

brasileira. Não se deve levantar falas sobre esse tema, mesmo que seja apenas para explicar uma situação ou demonstrar a arbitrariedade de quem está do lado oposto ao Governo.

O autoritarismo e a defesa do fechamento do Congresso não dialogam com a solução dos problemas do Brasil. Pelo contrário, só trazem insegurança e instabilidade para o País.

Nós devemos pensar na sociedade. Precisamos pensar em como os cidadãos recebem essas informações, como o empresariado brasileiro e os investidores — tanto do Brasil quanto do exterior — recebem declarações que deixam implícita uma mensagem ditadora.

Precisamos nos posicionar de maneira correta e contundente, com responsabilidade, sem deixar margens e brechas para interpretações que distorçam aquilo que verdadeiramente pensamos. Se não é a intenção incitar o AI-5, então que não se fale sobre ele como uma possibilidade para os tempos atuais. Nosso compromisso é com a transparência, com a ética, com o combate à corrupção e com o desenvolvimento do nosso País por meio de vias democráticas, legais, sem ferir os direitos políticos, sociais e de liberdade.

Era o que eu tinha a dizer, solicitando a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa, especialmente no programa *A Voz do Brasil*.